

APRESENTAÇÃO

POLÍTICA(S) E FEMINISMO(S)

Nesta trigésima edição, comemoramos as conquistas feministas, trafegando em uma perspectiva transdisciplinar para abrigar a pluralidade de abordagens e acolher diferentes frentes de lutas.

A edição, portanto, é um espaço para a publicação de estudos que enfatizam o caráter político do pensamento feminista e a diversidade de perspectivas teóricas contemporâneas, no plural. Espaço para a divulgação de pesquisas que colocam em operação o gênero como categoria de análise histórica – entrelaçada à raça, classe, entre outras -, mas também colocam sob rasura os usos e abusos da categoria em perspectivas analíticas domesticadas e domesticadoras que insistem em fixar no feminino os moldes do sexo, da sexualidade e da subalternidade.

Em suma, a publicação representa mais um esforço de crítica radical das matrizes disseminadas na cultura que fundam e refundam a “natureza”, reiteram o binarismo, como solo naturalizado do biológico, do corpo e do sexo, como ideal regulatório de assimetrias sociais.

Trata-se de um espaço de reafirmação de princípios e também destinado à avaliação dos avanços (e retrocessos) das políticas públicas para as mulheres no Brasil. Em meio à crise política e moral que o país atravessa, hoje, é ainda mais importante questionar o discurso social – a “cultura do estupro”, a “ideologia de gênero” -, abordar a historicidade descontínua das lutas, a desigualdade de direitos, a política dos salários, a dinâmica dos poderes, dos saberes e lugares sociais produzidos.

Nesse país alquebrado, é preciso discutir a política e os feminismos, a cidadania almejada, mais ou menos exercitada ou precarizada, em suma, importante problematizar as instituições, as práticas sociais e simbólicas que reproduzem e insistem em naturalizar a inferioridade do feminino.

Após anos de lutas e significativas conquistas, materializadas inclusive pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003-2016) – que se tornaria Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, por um pouco mais de cinco meses em 2016 -, apesar e por conta de tantos revezes vividos desde então, parece-nos ainda mais importante praticar a reflexão e lutar.

E também comemorar esta nossa arena, o Caderno Espaço Feminino, revista que vem sendo ininterruptamente publicada desde 1994, vinculado à criação do NEGUEM – Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia, em 1992.

Abre o dossiê *POLÍTICA(S) E FEMINISMO(S)*, o artigo **A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: a questão de gênero vista de forma bidimensional**, de André Pizetta Altoó e de Marinete dos Santos Silva, cujo enfoque é exatamente uma análise do combate das desigualdades de gênero pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

Dando continuidade à reflexão sobre nossas lutas, em **Movimento social de mulheres e atuação perante o poder judiciário: entre os avanços e as potencialidades ignoradas**, Ana Carolina de Moraes Colombaroli examina a atuação do movimento social de mulheres e a conquista de direitos. Busca, por um lado, investigar os avanços alcançados e, por outro, observar as potencialidades de atuação ignoradas pelos feminismos, entrelaçando pesquisa bibliográfica, análise de decisões judiciais e da jurisprudência.

O protagonismo de mulheres na cena política é objeto da pesquisa de Luciana Scherer, Louise de Lira Roedel Botelho e Sandra Beatriz Fernandes no artigo **Mulheres prefeitas: notas sobre a trajetória política e o exercício da liderança feminina na gestão pública municipal**. Nele, elas examinam trajetórias de mulheres que se tornaram prefeitas por meio de suas experiências no exercício como gestoras públicas.

Os direitos das mulheres retornam no artigo seguinte, que articula gênero, poder e o saber médico. **O aborto e a personalidade jurídica do nascituro: uma crítica feminista ao ordenamento jurídico brasileiro**, de Carla Mariana Café Botelho e Daniel Camurça Correia, recoloca em pauta a problemática do aborto. Nele, discutem o conceito de personalidade jurídica, bem como as teorias que cercam a condição do nascituro e, assim, sob diferentes perspectivas, rastreiam a questão controversa dos direitos da mulher e do nascituro.

Política e reprodução são questões discutidas por Cristiane de Cassia Nogueira Batista de Abreu, que também explora os direitos de mulheres no Brasil no artigo intitulado **Da laqueadura tubária à reprodução assistida: gênero e direitos reprodutivos**. A alta prevalência de esterilização cirúrgica feminina, a chamada ‘laqueadura tubária’, e os impactos oriundos desse procedimento utilizado como meio de contracepção - entre eles, a busca de mulheres e casais pela reversão da técnica e a reprodução assistida para formar nova prole - são objetos da problematização proposta pela autora.

O saber sobre o corpo feminino é objeto do artigo **Os editoriais das revistas científicas das entidades médicas – febraso e abem - uma análise feminista**, em que Silvana Maria Pereira e Joana Maria Pedro analisam os editoriais da Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia e da Revista Brasileira de Educação Médica. Nessa pesquisa sobre fontes documentais, em perspectiva histórica, feminista e interdisciplinar, procuram conhecer como aquelas páginas expressam concepções sobre as mulheres e em que medida é possível perceber nelas apropriações do debate feminista.

A política dos corpos, dos cabelos e o espaço público. Dar visibilidade às mulheres nas ruas e discutir as (re)significações das tranças e outros penteados são objetivos de Eufrásia Nahako Songa no artigo **Espaços, tempos e trocas entre as moças das tranças na “praça nova” da cidade do Lubango, Angola**. Ali, ela analisa as ações das Moças das Tranças na “Praça Nova” e sua relação com aquele espaço emblemático da capital de Angola.

Mulheres e poderes na/da virtualidade é assunto do artigo de Fernanda Mendonça, Ariane Langner e Cibeli Zuliani, que tratam do **Movimento feminista e ativismo digital: as repressões online e offline a partir do uso das plataformas digitais pelo movimento**. As autoras, no referido texto, buscam avaliar os efeitos da apropriação da internet pelos feminismos, levando-se em conta tanto os vetores de repressão e censura, que antes não ocorriam, quanto a ampliação dos movimentos e do ativismo, por conta dos poderes da comunicação e da agilidade no compartilhamento da informação.

Abrindo a seção de artigos livres, Thais Franciscon é a autora do artigo **Mulheres e romances, gêneros perigosos: ideias oitocentistas sobre leitoras e autoras de romances no Reino Unido**. Ela investiga a relação entre mulheres e romances, um tema bastante discutido ao longo dos séculos XVIII e XIX no Reino Unido, e procura sublinhar dados provenientes de histórias literárias feministas para pensar como ideias sobre leitoras e autoras de romances foram constituídas no período.

Ainda em relação à literatura do séc. XIX, Anelise Martinelli Borges Oliveira, em **Considerações sobre a figura da mulher abastada no livro O castigo da prostituição, publicado no período joanino (1808-1821)**, revela um imaginário de representações dissonantes no Brasil, ao apreender as prescrições contidas naquela obra publicada no Rio de Janeiro em 1815, estas que parecem ir de encontro com a concepção que se tinha da mulher de elite naquele período.

Natanael Duarte Azevedo e Vicentina Maria Ramires, em **A mulher na literatura luso-brasileira: vozes e ventos na representação e identidade da mulher** dialogam com dois personagens singulares da história da literatura luso-brasileira, levantando questões sobre o lugar da mulher nesse contexto social, com base na bibliografia da Marquesa de Alorna e na personagem Maria Monforte, da obra “Os Maias” (Eça de Queirós).

Também em relação ao mesmo século XIX, mas no final do período, **Dos projetos literários dos “homens de letras” à literatura combativa das “mulheres de letras”: imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX**, é o artigo em que Laila T. Correa e Silva atenta para presença de “homens de letras”, - Machado de Assis, Arthur Azevedo -, mas também de mulheres, - Ignez Sabino, Maria Benedicta Câmara Bormann [Délia] e Josephina Álvares de Azevedo -, atuantes na imprensa de pequena e grande circulação na Corte Imperial dos anos 1880 e na Capital Federal dos anos 1890. Para além do binarismo de gênero, ela apreende sujeitos que pretendiam pensar de modo crítico e propositivo o papel da literatura numa sociedade recém saída da experiência da escravidão e da Monarquia.

Debruçados sobre a mesma temporalidade, agora sobre documentos cartoriais na Bahia, Jorge Viana Santos e Israela Geraldo Viana de Carvalho abordam representações de outras mulheres no Brasil oitocentista, com base em fundamentos da Semântica Argumentativa. **Mães (ex) escravas: análise semântica do termo mãe em processos de tutela no período pós-abolicionista (1888-1895)** é título do artigo em que buscam desvelar os sentidos do termo *mãe*, funcionando em enunciados de processos de tutela pós-abolicionistas de Rio de Contas-BA.

Em **Hilda Hilst em-cena: subversão e ruptura feminina em seu teatro**, Adalberto Rafael Guimarães e Maria Augusta Bernardes Fonseca analisam personagens femininas criadas por Hilda Hilst que representam ideais de “indecidibilidade” (J. Derrida), ao subverterem a noção de poder falocêntrico. Além de reconhecida como poetisa e romancista, em diálogo com a tradição literária brasileira, neste estudo, os autores priorizam as peças da escritora, *Auto da Barca de Camiri* (1968) e *O Verdugo* (1969), e destacam elementos relevantes de uma nova dramaturgia que rompe com padrões convencionais do teatro brasileiro do século XX.

O artigo seguinte, ***E pra não dizer que não falei de... Anayde Beiriz e o(s) feminismo(s) no filme paraíba mulher macho (1983)***, de Mônica Karawejczyk, trata da linguagem do cinema. Nele, a autora procura identificar a construção da personagem central, Anayde Beiriz, uma professora e poetisa paraibana, e sua participação nos eventos que levaram a Revolução de 1930. Quem era essa mulher? A partir dessa questão, e da idealização da personagem, procura discutir o que significa ser mulher na década de 1920/1930 e na década de 1980, em uma reflexão sobre os feminismos do/no século XX.

“Eles num vê uma mulhé na água / (...) eles vê como se fosse um homem”: **cronótopos e performances de gênero na pesca em Arraial do Cabo** é o artigo de Maria Aparecida Ferreira. Nele, ela analisa como algumas mulheres encenam e legitimam ‘performances’ de pescadora. Nessa perspectiva, com base no conceito de Judith Butler, ela problematiza como a ‘performatividade’ do gênero é operatória na manutenção de uma assimetria social, forjando espaços e práticas generificados na pesca.

Masculinidades: identidade narrativa, performance e diagramas de marginalização é o artigo em que Daniel Keller e Denise Castilhos de Araújo propõem-se a exercitar o pensamento sobre as teorias narrativas e nele, também acionam criticamente o conceito de ‘performatividade’ para compreender, sob a perspectiva do gênero, como se dão os processos de marginalização social. Nessa

direção, exploram a construção das representações do masculino e analisam o funcionamento das normas sociais.

O texto seguinte é um *relato de experiência* de Ana Luíza Casasanta Garcia e Tommy Akira Goto, intitulado **A violência contra a mulher no Brasil e na Espanha**. A pesquisa realizada com os documentos do governo espanhol e brasileiro – das Prefeituras Municipais de Uberlândia/BR e Santiago de Compostela/Espanha -, é o caminho utilizado para comparar a formulação e aplicabilidade das leis e políticas públicas em relação à proteção à mulher nas duas cidades. Em que pesem as semelhanças encontradas, - há, em ambas, um Centro responsável por acolher denúncias e oferecer serviços de atendimento psicológico e jurídico -, foi possível observar diferenças no que tange aos programas e auxílio às vítimas. O debate sobre tal questão reitera a relevância política do tema e as lutas feministas em movimento no planeta.

Duas resenhas fecham esta edição. São elas: CONNEL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016, 272 p., resenhada por Tânia Regina Zimmermann; e ALTMANN, Helena. *Educação física escolar: relações de gênero em jogo*. São Paulo: Cortez, 2015. 176 p. (Coleção Educação & Saúde, v. 11), em resenha da lavra de Alan Moraes, Gisele Lombardi e Ivanete Schneider Hahn.

Na capa, ...

Dentro e fora do espaço do dossiê, refletir sobre a experiência das mulheres é uma forma de praticar os feminismos e, também, ler, praticar e criticar a cultura e a política, isto é, os discursos, as políticas públicas, as representações sociais, ora exercitando, ora contrariando poderes mais ou menos pessoais ou privados. Essa tem sido a forma por nós escolhida de viver, sobreviver e de resistir. Sempre!

Boa leitura e boa luta para tod@s!

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro e Dulcina Tereza Bonati Borges

Organizadoras